

Bárbara Proença Cândido
Felipe Silva Magalhães
Monica Monteiro Brito
Samara Maria Farineli Ralha

A saúde mental de professores(as) do Ensino Médio Frente aos desafios do Ensino Remoto.

Rio de Janeiro
2022

Bárbara Proença Cândido
Felipe Silva Magalhães
Monica Monteiro Brito
Samara Maria Farineli Ralha

A saúde mental de professores(as) do Ensino Médio Frente aos desafios do Ensino Remoto.

Trabalho apresentado ao Curso de Psicologia, da Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy, como requisito parcial para a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Professor(a) da disciplina: Flávio Lopes Guilhon

Rio de Janeiro
2022

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com o empenho e a dedicação incessante de cada integrante presente, ao qual agradecemos imensamente por termos nos encontrado nesses anos de graduação.

Além disso, nosso agradecimento, em especial, será direcionado ao professor orientador Flávio Lopes Guilhaon que em meio a um semestre repleto de demandas e exigências, se esforçou para dar conta das orientações. A finalização deste trabalho é prova, também, de sua competência.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	04
2	MÉTODO	05
3	A PSICOLOGIA E A SAÚDE MENTAL NO TRABALHO	06
4	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	08
5	A SAÚDE MENTAL DO DOCENTE E A SÍNDROME DE BURNOUT	11
6	AS IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO E O ENSINO REMOTO	14
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
	REFERÊNCIAS.....	18

INTRODUÇÃO

Compreender os aspectos psíquicos envolvidos na relação pessoa-trabalho é de total importância para a determinação de fatores de risco psicológico para a classe trabalhadora. Os estudos sobre casos de sofrimento psíquico relacionado ao trabalho têm sua origem no século XX, e está fortemente ligado ao desenvolvimento industrial da época. As intensas jornadas de trabalho, o cansaço dos ritmos acelerados de produção e o estresse dos operários levaram Christophe Dejours (1987, *apud* MENDES, 1995), a partir de seus estudos, a criticar o modelo trabalhista da época e demonstrar que a organização do trabalho está diretamente ligada ao funcionamento psíquico do trabalhador (MENDES, 1995).

Segundo Dejours (1992 *apud* SANTOS & BARROS, 2015), dentro da subjetividade humana é possível encontrar uma soma de organizações, são os aspectos psicológicos, as forças produtivas, e os elementos sociais do trabalho. O indivíduo pode desenvolver mecanismos de defesa perante circunstâncias aversivas, desenvolvendo uma imunidade defensiva causando uma indiferença ao sofrimento laboral, porém, se essa carga for excessiva, o sujeito pode vir a apresentar sintomas físicos ou mentais como: absenteísmo, não cumprimento da carga horária, apatia, mudanças bruscas de humor, isolamento, desinteresse a assuntos que envolvam a instituição e o ambiente de trabalho (MARTINS & PINHEIRO, 2006). Dejours buscava compreender a forma como os trabalhadores mantinham seu equilíbrio psíquico, mesmo que submetidos às condições de trabalho degradantes que poderiam resultar em sofrimento e adoecimento psíquico (MENDES, 1995).

Na educação, esse processo fica bem pontuado a partir dos anos de 1990, quando foram implementadas novas reformas no âmbito das relações de trabalho no sistema escolar. Baseado num paradigma neoliberal, houve uma descentralização da figura do(a) professor(a) e um aumento do poder dos alunos e de seus pais. Uma brusca mudança, onde a escola passou a ser vista como uma empresa que deveria ser eficiente, competitiva e produtiva, além de ser direcionada por gestores. Uma nova era para a educação brasileira que estava se adaptando aos moldes do capitalismo (SANTOS & BARROS, 2015).

De acordo com Saviani (2011), a perda de status social e econômico acabou aproximando os(as) professores(as) das lutas políticas e sindicais dos demais trabalhadores e, ao longo dos anos, muitas greves foram feitas pelas classes docentes. Muito se lutou por melhoria nas condições de trabalho, por aumento de salários, aposentadorias mais justas, planos de carreiras e assistências às classes dos trabalhadores. Algumas conquistas foram

alcançadas, porém, muito aquém do desejado e do idealizado para uma educação minimamente justa num país em ascensão como o Brasil.

Somando todas essas questões já bem pontuadas, como um agravante aos desafios enfrentados pelos(as) professores(as), a emergente síndrome respiratória aguda grave chamada de SARS-COV – 2, ou COVID-19, colocou o mundo inteiro em estágio de alerta (SILVA, 2021). O Brasil adotou como medida preventiva o isolamento social, que fechou todos os estabelecimentos, incluindo as escolas. De acordo com a UNESCO (*apud* DIAS & PINTO, 2020), 61,8% dos alunos matriculados nas escolas foram afetados diretamente pela pandemia. A partir disso, o ensino à distância foi adotado, utilizando ferramentas virtuais e recursos tecnológicos (SILVA, 2021).

Ademais, durante a pandemia de COVID-19, muito se debateu sobre a educação e os impactos que a crise sanitária instaurou nesse meio, evidenciando desgastes e carências já existentes, como também trazendo novas necessidades para a possível adaptação ao contexto social vivido. Em meio ao que tem circulado nas redes, vimos o foco principal nos alunos e nos seus responsáveis. Os docentes não têm muito espaço quando o assunto é saúde mental, principalmente em tempos de pandemia, que foi uma realidade mundial.

Diante desta problemática, o presente trabalho oferecerá resultados importantes para estudos futuros de suma necessidade, que contemplem as problemáticas que se inserem na profissão do(a) professor(a) e a amplitude do impacto da pandemia de COVID-19 na educação brasileira. Logo, este trabalho foi dividido em partes que se propuseram a falar sobre a importância do trabalho, a saúde mental do trabalhador e sua ligação com a síndrome de Burnout e a docência frente ao ensino remoto. Seus resultados servirão de base para a criação de estratégias de intervenção, com foco em sofrimento psíquico, que possam melhorar a qualidade de vida dos(as) professores(as) de Ensino Médio e, consequentemente, possibilitar impactos positivos na prática docente, na educação brasileira e na relação professor(a)-aluno.

MÉTODO

O método empregado no presente trabalho, foi o de pesquisa bibliográfica, acerca do tema: Saúde Mental dos professores(as) do Ensino Médio na pandemia. Para tanto, foram realizados, a partir dos descritores: trabalho; saúde ocupacional; saúde mental; Síndrome de Burnout; COVID-19 e ensino; docente e ensino remoto. Levantamentos nas plataformas de pesquisa Scielo e Pepsic; nas revistas: “Práticas Educativas, Memórias e Oralidades” (Rev.

Pemo), “Ensino em Perspectivas” e “Expressa Extensão”; no Boletim de Conjuntura (BOCA); Nos sites oficiais do Ministério da Saúde, CVS SP (Órgão coordenador do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária), Ministério do Trabalho e da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). Além destes, foram utilizados, também, artigos disponibilizados na plataforma do curso de extensão “Pensamento Decolonial”, oferecido aos profissionais da rede de ensino estadual do Rio de Janeiro (SEEDUC), no ano de 2020.2, pela Fundação CECIERJ.

A PSICOLOGIA E A SAÚDE MENTAL NO TRABALHO

A compreensão dos aspectos envolvidos na relação pessoa-trabalho não se apresenta como uma tarefa simples e/ou isolada. Entender a constituição humana a partir da noção biopsicossocial amplia tanto o campo de pesquisa quanto às análises, quando se trata de um universo tão vasto e complexo que é o mundo do trabalho, assim como a própria compreensão da dimensão da saúde mental. Nesse caso, isolar a saúde mental do trabalhador sem compreender o dinamismo que fundamenta o processo de trabalho, sua relação com o sujeito e a sociedade, torna-se uma tarefa vazia em seus resultados (ZANELLI *et all*, 2014).

De acordo com José Carlos Zanelli *et all* (2014), a ideia de trabalho que se sustenta na sociedade moderna atual transforma o trabalho no oposto do prazer. O trabalho seria entendido como uma obrigação crucial para a sobrevivência humana em resposta ao mundo capitalista, ao ponto que todas as outras necessidades são colocadas em segundo plano. No entanto, esse entendimento de trabalho passou historicamente por muitas transformações. De acordo com Borges e Yamamoto (2014, p. 25-26), o próprio conceito de trabalho “é objeto de múltipla e ambígua atribuição de significados e/ou sentidos”. Para os autores, a compreensão sobre o que é trabalho passa pela significação individual, fazendo com que cada sujeito entenda por si próprio o conceito da prática do trabalho. Todavia, percebe-se a importância da atribuição dos diferentes sentidos que foram dados ao trabalho socialmente, levando em consideração as mudanças sociais em que este foi submetido.

Assim, as significações coletivas partiram de uma noção mais filosófica da prática, diante da antiguidade clássica, com o regime de trabalho escravo, em que havia o entendimento de que o trabalho era feito para os inferiores, de forma degradante e desgastante. É a partir das mudanças trazidas pela implementação do capitalismo, da revolução industrial e tecnológica que houve a possibilidade e a necessidade de reflexão sobre o seu conceito, uma vez que o escopo social permitia a divisão de duas classes: os detentores

de capital e os que não tinham meios de garantir a sua sobrevivência. Onde a comercialização da mão de obra humana começa a ser oferecida nesse contexto, favorecendo a implementação de grandes concepções e questionamentos acerca do trabalho, que nos trouxe até a que temos hoje, no século XXI (BORGES, YAMAMOTO, 2014).

Os assuntos envolvidos na produtividade, que é fruto das exigências capitalistas, motivaram muitas pesquisas e estudos na área. E é com a motivação de aumentar a produtividade de trabalhadores, e não o foco propriamente dito no bem-estar, que começam a surgir teorias sobre o planejamento e divisão do trabalho. Resumidamente, de acordo com os autores Borges e Yamamoto (2014), a percepção social do conceito amplia-se, transcorrendo entre críticas e teorias, revoltas e ações políticas. Transformando o que era uma concepção filosófica degradante, em uma visão científica, onde o trabalho passou a ser necessário à existência, e a criar identidades, importante para as relações sociais e para o funcionamento do sistema capitalista.

É nesse contexto evolutivo que surge a necessidade de uma Psicologia voltada para as organizações, que estabelece uma ampla relação entre o sujeito e o trabalho, analisando construtos humanos em evidência nessas práticas, como a motivação, o desempenho, as emoções, os efeitos do estresse e do sofrimento psíquico, entre outras variáveis. Entendendo o trabalho não apenas como um acontecimento isolado, mas como uma prática cuja importância se atrela à existência e à dignidade humana (ZANELLI *et al*, 2014). Assunto que também se coloca como uma pauta de saúde pública, uma vez que atravessa diversos âmbitos da vida humana.

Diante desta demanda social, em 2002, através da portaria nº 1.679, foi criada a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), que é constituída pelos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) (BRASIL, 2002). Atualmente, a partir da Estratégia de Vigilância Sentinela, o Ministério da Saúde (MS), através da Portaria nº 5, criada em 28 de setembro de 2017, Anexo XLIII, estabelece a Lista Nacional de Doenças e Agravos Relacionados ao Trabalho (ART), onde está incluído a caracterização dos Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) (BOGUCHWAL *et al*, 2021).

Embora a criação de Legislações tenham se colocado como um grande avanço no cuidado da saúde do trabalhador, de acordo com os autores Tania Maria Araújo, Tarciso Palma e Natália Araújo (2017), há muitos desafios nas articulações desses sistemas supracitados. Um deles seria a subnotificação dos TMRT por falta de critérios diagnósticos e pela invisibilidade que a saúde mental, principalmente a relacionada ao trabalho, ainda ocupa na sociedade.

Até 2017, no Brasil, os transtornos mentais se caracterizavam como a terceira causa de concessão de aposentadorias e benefícios pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), pegando dados apenas dos trabalhadores com registro formal (BRASIL, 2017). De acordo com o Programa Integrado de Saúde Ambiental e do Trabalhador da UFBA (PISAT), foram registrados 8.474 casos de TMRT no Brasil, no período de 2006 a 2017 (PISAT, 2019).

Analisando os dados supracitados, é evidente a importância de uma Vigilância em Saúde que considere os fatores psicossociais de risco em relação ao trabalho. Portanto, é preciso reconhecer que a origem desses fatores de vulnerabilidades psicossociais no trabalho estão presentes nas relações, organizações e condições de trabalho. Além disso, para Gollac e Bodier (2011, *apud* PEREIRA *et al*, 2019), há seis dimensões de risco que precisam ser consideradas, que são: exigências emocionais, autonomia, intensidade e tempo de trabalho, o social, inseguranças e conflito de valores.

Portanto, considerar essas dimensões, analisar o contexto social e seus agravantes e entender a relação pessoa-trabalho e saúde-trabalho amplia as formas de olhar as problemáticas que se inserem dentro do contexto geral de trabalho. No entanto, nosso objetivo é analisar essas vulnerabilidades dentro de um contexto de trabalho específico, analisando suas particularidades e desafios próprios.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Ao percorrer a história do ensino no Brasil, é possível perceber que educação desde seus primórdios, serviu aos interesses da colonização. Ela foi um dos braços do Estado português, para atingir os fins de conquista e formas de exploração que ultrapassaram, e muito, os objetivos comerciais. Foi um empreendimento consolidado em três etapas: a primeira com a chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil, em 1549, cujo objetivo central foi converter os gentios, tendo como instrumento fundamental a catequese. A segunda, marcada pela consolidação dos jesuítas, no campo da educação, tanto dos gentios, como também dos filhos dos colonos e da elite colonial. E, uma terceira etapa, identificada pela expulsão dos jesuítas do Brasil e pelas reformas implementadas pelo Marquês de Pombal.

A montagem de um sistema de educação no Brasil, pode ser identificado com a chegada de Tomé de Souza em 1549, que aqui chegou com a missão estabelecer uma colônia de povoamento, após o fracasso das capitânicas hereditárias. Ao seu lado, veio a Companhia de Jesus, fato que segundo Moreno (2005), foi o marco para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Com efeito, observa-se que o início da educação no Brasil ocorre a partir da junção

de dois interesses: do Estado português e da Igreja. À Igreja interessava sobretudo, combater as ideias protestantes, que ocorreu em duas frentes: pela educação e por ações missionárias com o intuito de converter à fé católica os povos das colônias, sendo assim, usados como disseminadores não somente da doutrina católica, mas da subserviência dos povos colonizados, que se daria por uma educação doutrinadora (SILVA, 2015). Por outro lado, ao governo português interessava a exploração de riquezas e de acordo com este objetivo deu-se toda a montagem do sistema colonial.

É importante notar que a catequese, primeira política de educação no Brasil, atendia aos interesses tanto do Estado português quanto da Igreja, os donos do poder, de escravizar a força produtiva dos povos nativos, a fim de atender seus objetivos imediatos: o lucro (RIBEIRO, 1992 *apud* SILVA 2015).

Uma etapa posterior aos primeiros anos da educação no Brasil, ocorreu com introdução de um currículo que apresentava em sua estrutura a divisão em duas vertentes: uma de gramática latina e outra para o aprendizado profissional e agrícola. Conforme silva:

Esta divisão na estrutura de ensino jesuítica constituiu uma clara distinção de classes, a começar pela educação e depois pela função social a que estava submetido aquele que aqui residia. No caso dos filhos dos senhores de terras, as letras (formação intelectual mais abrangente) e aos outros, a educação profissional, que mesmo assim era rudimentar, sendo aprendida muitas vezes do convívio entre os índios, negros ou mestiços que compunha a maior parte da população colonial. (2015, p. 14290)

Observa-se neste ponto que as desigualdades entre os sistemas de ensino no Brasil, ainda presentes na realidade atual (LÍDIA, 2021) não surgiram casualmente; elas nasceram nas escolas jesuíticas. Através do seu currículo que fixava a dicotomia de uma escola para pobres e ricos.

As divergências entre os interesses do Estado português e a Igreja foi a marca de uma terceira etapa na história da educação no Brasil, que acabou com a expulsão dos jesuítas. Segundo Prado Júnior:

Em setembro de 1759 [a Companhia de Jesus] foi expulsa de todo território português e de suas colônias. Ciente do atraso, em relação ao desenvolvimento capitalista mundial, a que estava preso Portugal, o Marquês de Pombal tenta dar progresso ao plano de modernização da intelectualidade portuguesa, e algumas das ações desencadeadas por este plano desaguarão em novas práticas educacionais [na forma e no conteúdo] que serão implementadas na colônia. (1984, p. 49).

A partir de silva (2015), podemos entender que as reformas introduzidas no período pombalino, tiveram a intenção de atender a demanda pragmática de modernização da economia portuguesa, frente a sua defasagem no cenário mundial. No entanto, na prática o

que ocorreu foi a manutenção das tradições, que gerou “mais discurso que mudanças, no que se refere à educação” (SILVA, p. 14291).

O período colonial foi, com efeito, um período embrionário, para a montagem de um sistema que em muitos aspectos se mantém. Neste aspecto Silva nos diz:

[...] decorridos mais de quinhentos anos, ainda são notórios os limites que a educação brasileira enfrenta, sejam eles de acesso, financiamento da atividade educacional, divergências no campo das metodologias educacional e principalmente, relativo aos conteúdos ministrados para os estudantes brasileiros em todos os níveis [...]. (2015, p. 14286).

Observa-se, portanto, que a dinâmica da colonização moldou as estruturas econômicas e sociais e consequentemente o sistema de ensino no Brasil, que ainda apresenta contradições e limites (SILVA, 2015).

Sendo assim, cabe refletir: em que medida a história da educação no Brasil nos ajuda a pensar sobre as condições de ensino no cenário atual? Como esta estrutura historicamente constituída, reflete na saúde mental dos(as) professores(as) de Ensino Médio frente aos desafios do ensino remoto? Tema deste trabalho.

Conforme supracitado, a educação não foi oferecida para todos, mas para alguns que, de alguma forma poderiam ter ou deveriam ter algum tipo de educação. Assim, é possível afirmar que a educação no Brasil carrega em sua história uma triste marca: a exclusão.

O contexto da pandemia COVID-19 obrigou as redes de ensino a buscar formas de viabilizar o acesso dos nossos alunos à educação. Mas, quando falamos em alunos, é preciso distinguir de que alunos estamos falando? Pois o ensino remoto desvelou, como mostram as estatísticas, o abismo entre o ensino público e o privado¹. Um abismo histórico e intencionalmente construído, uma vez que o estudo do período colonial nos mostra que a educação no Brasil, foi forjada para atender como já se disse, aos objetivos da colonização e que, portanto, foi desde o início, um sistema gerador de desigualdades. Um sistema pensado para a manutenção dos papéis daqueles que dominam e dos que são dominados.

A manutenção do colonialismo na educação brasileira, pode ser facilmente observado diante do atual contexto, onde a educação vive um grande desafio: ressignificar o espaço escolar. Sobretudo, quando as escolas tiveram de fechar as suas portas em resposta à pandemia COVID-19.

¹ Ana Lídia Araújo. Agência Senado. Artigo sobre a acentuação do déficit educacional na pandemia COVID-19, 2022.

O Ensino Remoto foi a saída encontrada pelas instituições de educação para lidar com a necessidade de distanciamento social. E, neste ponto, é possível pensar: como se deram os processos de exclusão e inclusão nesse momento específico?

Um artigo produzido por Oliveira e Gomes *et all* (2020), teve como objetivo investigar o impacto do fechamento das escolas, gerado pela pandemia COVID-19, na educação a curto prazo e suas trajetórias a longo prazo, assim como refletir sobre os potenciais intervenções para diminuir suas consequências. O estudo realizado mostrou em seus resultados que os efeitos da pandemia COVID-19, sobre a educação são incertos. E, diante do problema da incerteza, possíveis saídas seriam: o Ensino Remoto, o uso de tecnologias, o aumento da carga horária e o levantamento diagnóstico da situação dos alunos. O estudo conclui que as perdas decorrentes do fechamento das escolas são desiguais, ou seja, elas são maiores em determinados níveis de ensino e disciplina e afetam mais os grupos menos favorecidos. Além disso, mostrou que as saídas apontadas para a intervenção no problema, dificilmente serão eficazes para a recuperação dos alunos mais prejudicados.

Portanto, respondendo à pergunta inicial, é possível dizer que do ponto de vista institucional, os processos de exclusão foram reproduzidos pelos nossos sistemas de ensino, na modalidade remota. Nossas escolas têm sido “gaiolas” na expressão de Rubem Alves, em seu belo poema sobre a instituição Escola². As escolas “gaiolas” têm aprisionado as potencialidades tanto dos alunos, como de seus(as) professores(as). Um aprisionamento gerador de adoecimento psíquico para os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, assunto explorado nas partes subsequentes deste trabalho.

A SAÚDE MENTAL DO DOCENTE E A SÍNDROME DE BURNOUT

Mesmo com tamanha importância, culturalmente pouco se sabe sobre o poder da Mente, o estado psicológico, a necessidade de promover esses cuidados e sua ligação com a saúde.

A mente em boas condições é de suma importância para qualquer pessoa, o que representa a qualidade de vida, com o bem estar psicológico, na qual a pessoa é capaz de usar suas próprias habilidades, ser produtivo(a), recuperar-se do estresse rotineiro e contribuir positivamente nas ações diárias. O que faz toda e qualquer ligação, da importância de manter

² Rubem Alves. Escola Poema.

esse equilíbrio psicológico, para a saúde de uma pessoa e sua produção na vida e no trabalho (SIQUEIRA, VALQUIRIA, 2008)

Com análises e estudos feitos sobre a saúde mental dos(as) trabalhadores(as), observa-se o aumento desses desequilíbrios/problemas, causados por estresses associados ao trabalho (DIEHL, MARIN, 2016). Em situações empíricas, como de submissões, competições, constrangimentos/Humilhações, necessidades, desvalorizações, excessos de trabalho ou cobrança com exigências crescentes, Problemas de relacionamentos no ambiente de emprego, falta de comunicação entre as pessoas, sentimentos de culpa ou incapacidade, entre outros (PEREIRA *et all*, 2020).

Problemas esses que podem causar danos mentais, impactando na saúde do trabalhador(a). Dessa forma percebemos que os danos não mexem somente com o empregado(a), mas também no local onde ele(a) trabalha. Por isso, há grande importância e necessidade que haja auxílio psicológico em locais de trabalho, para prevenção e acompanhamento desses trabalhadores(as). Para que sejam auxiliados(as) e orientando(a) da melhor maneira dentro das suas possibilidades, para obterem entendimento, adaptação e bem estar.

Curiosamente, os grupos ocupacionais, mais pioneiros, obtidos, em grande maioria, através das pesquisas e estudos empíricos, foram os(as) Professores(as). Esses profissionais se sobressaíram nos diversos casos sobre o esgotamento mental em seus trabalhos (CARLOTTO, PALAZZO, 2006).

Sabemos que a prática de ensinar é uma carreira gratificante para os que se propõem, mas também é exigente. As longas horas de trabalho, pouco reconhecimento e o baixo teto salarial comprometem ainda mais o quadro, gerando com facilidade o esgotamento do(a) profissional (CARLOTTO, PALAZZO, 2006) Sem o apoio adequado, os(as) professores(as) correm o risco de se sentirem sobrecarregados e, com a crescente necessidade de trabalho, deixam de lado suas próprias necessidades de saúde. Para as autoras Mary Carlotto e Lilian Palazzo (2006), os(as) docentes precisam ser lembrados(as) de que são mais do que seu trabalho, embora o ensino se torne parte de sua identidade, estes(as) precisam nutrir as outras partes de si mesmo que exigem atenção e cuidado. Precisam saber também que uma vida plena inclui hobbies, relacionamentos pessoais, recreações, vida pessoal social ativa, horários para término do trabalho e ter menos cobranças consigo mesmo (CARLOTTO, PALAZZO, 2006).

As escalas de horários dos(as) professores(as) necessitam, geralmente, de alto desempenho e exigem muita dedicação, dado que os profissionais precisam procurar maneiras

de melhorar suas habilidades para se encaixar no competitivo mercado de trabalho. Essas características podem ser muito benéficas à Educação Brasileira, no entanto também pode significar que os(as) educadores(as) são vítimas de cobranças excessivas, uma vez que as pesquisas têm demonstrado um aumento nos índices de adoecimento psíquico em professores(as) do Ensino Fundamental e Médio (DIEHL, MARIN, 2016). Além disso, os resultados revelam um conjunto de variáveis, organizacionais e individuais, associadas a esse esgotamento, ocorrido com os(as) profissionais da educação (CARLOTTO, PALAZZO, 2006).

De acordo com as autoras Mary Carlotto e Lilian Palazzo (2006), algumas das Variáveis Organizacionais que aumentaram o desequilíbrio mental dos(as) professores(as), foram as intensas mudanças e cobranças, repentinas ou sucessivas; a insatisfação do ambiente de trabalho; pouco suporte administrativo; falta de cooperação, apoio e confiança; comportamentos desviantes por parte dos alunos e do clima escolar. Já as variáveis individuais mais encontradas na pesquisa foram as crenças de autoeficácia; controle excessivo ou supressão de pontos de vista e sentimentos; pensamentos de descontrole, mesmo com seus esforços e competências; monitoramento de idade e comportamento; expectativas, que pareciam se tornar irreais sobre a educação e sentimentos de desvalorização profissional. Diante das variáveis supracitadas, surge uma importante temática que precisa ser olhada com mais cuidado, cujo nome dado ao desequilíbrio emocional é Síndrome do Estado Psicológico (SEP), também conhecida como Burnout (CARLOTTO, PALAZZO, 2006).

A Síndrome de Burnout, inserida na Classificação Internacional de Doenças (CID 10) na categoria concernente aos problemas relacionados com o manejo de vida, pelo código Z73.0, é um tipo de resposta a estressores emocionais e interpessoais relacionados ao trabalho (BRASIL, 2020). Os primeiros estudos sobre a síndrome, surgiram em meados da década de 1970, nos Estados Unidos, que forneceram uma descrição inicial do fenômeno e assim deram-lhe o nome identificador de "Burnout", traduzindo: "Burn" queima e "out" exterior/fora, que tinha o significado de "Queimar-se por completo", era um incremento da exaustão e desumanização, com a redução da realização profissional em paralelo com a pessoal. Esse termo foi criado pelo Psicanalista Alemão, Herbert Freudenberger, em 1974. Mesmo naquela época, encontraram bastantes casos, com foco em algumas profissões (CARLOTTO, 2002).

Um dos agravantes observados socialmente se insere quando o profissional coloca o trabalho no centro de sua vida, não dando espaço para nenhuma outra tarefa que lhe dê a sensação de prazer, resultado também da ampla carga horária de trabalho exigida

(CARLOTTO, PALAZZO, 2006). Diante dessas e outras problemáticas, com o passar do tempo, o aumento de casos da Síndrome de Burnout foi contínua e nos dias atuais têm sido uma questão de particular preocupação para profissionais do ensino brasileiro (MOREIRA, RODRIGUES, 2018).

Portanto, entende-se a importância do trabalho docente, não apenas no Brasil, como também em todo o mundo. A prática de transmitir o conhecimento, embora não receba o cuidado político que necessita e merece, é de suma importância para o avanço da população enquanto sociedade. Diante disso, os profissionais têm tais responsabilidades somadas aos desafios que são considerados estressantes, com forte incidência de elementos que podem conduzir à Síndrome de Burnout. Esse fenômeno, que atinge professores(as), em diferentes países, parece portar um caráter epidêmico mundial que extrapola as fronteiras nacionais (CARLOTTO, PALAZZO, 2006).

AS IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO E O ENSINO REMOTO

Na natureza do trabalho do(a) professor(a) e no contexto em que este exerce suas funções, existem diversos fatores estressores que quando em longa duração afetam significativamente a saúde mental destes profissionais. De acordo com Benevides-Pereira (2012), os profissionais ligados ao desenvolvimento e cuidado com o outro estão mais propensos ao desgaste e ao sofrimento psicoemocional e segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a síndrome de Burnout aparece como risco ocupacional significativo do trabalho do(a) professor(a). Sendo assim, os profissionais ligados à educação apresentam ainda maior risco de desenvolverem a síndrome de Burnout e outras implicações sobre a saúde mental.

Associado a isto, todo o contexto da pandemia fez emergir uma realidade com diversas mudanças que potencializaram os fatores estressores no cenário da educação. Os(as) professores(as) além de lidarem com questões como as medidas de isolamento social, prevenção e enfrentamento da doença, altos índices de casos e mortes noticiados, tiveram também que lidar com desafios e cobranças no âmbito das atividades laborais como o novo modelo online, a adaptação às ferramentas virtuais, o trabalho inserido no ambiente doméstico, falta de contato com os alunos e as altas demandas de resultado. Diante desta nova realidade torna-se necessário apresentar reflexões acerca dos impactos do ensino remoto na saúde mental dos(as) professores(as) em vista de que o novo modelo de trabalho destes

profissionais possa ser colocado em maior atenção e que novas intervenções possam ser pensadas para diminuição de riscos para a saúde mental.

Entre os eventos relacionados ao processo de trabalho, na pandemia, que comprometem a saúde mental dos(as) professores(as), estão principalmente a falta de habilidade no manuseio das tecnologias de informação e comunicação ocasionada pela transformação abrupta de suas atribuições profissionais, a auto cobrança para adaptação ao novo modelo, a necessidade de gerenciar os afazeres domésticos no modelo home office, pressão para o cumprimento das demandas pedagógicas e a mudança na relação com os colegas de trabalho e alunos.

A este respeito, vale adicionar que entre as manifestações psicoemocionais relacionadas a estes eventos estão principalmente a fadiga, agressividade, estresse, ansiedade, instabilidade emocional e insegurança. Todas essas manifestações como frutos destas situações estressoras vividas pelos(as) professores(as) do Ensino Médio no período pandêmico por conta do ensino remoto e como indicadoras de sobrecarga mental e física, sofrimento e desgaste excessivo.

De acordo com a pesquisa apresentada por Souza e Ferrão *et all* (2021), um grande número de professores(as) do Ensino Médio apontam ter participado de cursos de formação que não ofereciam disciplinas que envolvessem o conhecimento de tecnologias de informação e comunicação. Dessa maneira, é possível dizer que parte significativa dos(as) professores(as) do ensino médio sofreu impacto com esta reinvenção da forma de ensinar e do agir profissional na conjuntura das aulas remotas. Os profissionais tiveram de enfrentar as lacunas de sua formação e das condições trabalhistas e estruturais em vista da falta de capacitação, falta de garantia da estrutura para o tele trabalho e das horas extras de trabalho não computadas empenhadas na utilização das novas ferramentas (PEREIRA, SANTOS, MANENTI, 2020).

Conforme Gomes e Carvalho *et all* (2021) relatam que muitos docentes não foram instruídos mediante a inclusão de novas tecnologias no modelo de ensino remoto. Além da falta de capacitação na utilização dos meios digitais houve também a necessidade de atualizações urgentes de modo emergencial para preservar a qualidade de ensino e o manejo das atividades diárias dos alunos, o que dificultou ainda mais o processo de adaptação em vista do ritmo acelerado com pouco tempo disponível para preparação. Os(as) professores(as) passaram a ter inúmeras dificuldades para planejar suas aulas e desenvolver com qualidade seu trabalho e também a sofrer constante pressão para manter o calendário escolar e os cronogramas curriculares sem qualquer tipo de assessoramento.

Todas essas condições predisõem implicações psicoemocionais de auto cobrança e pressão. Para o cumprimento das demandas pedagógicas os(as) professores(as) tiveram de enfrentar essa situação de precarização do trabalho e um novo cotidiano de práticas escolares mais exigentes. Associado a isto, também está a necessidade de conciliar o ambiente doméstico com o trabalho home office.

O trabalho remoto representa para os(as) professores(as) uma dificuldade impactante em não separar as questões próprias do trabalho de questões próprias do ambiente doméstico. Segundo o diário de campo realizado por Martins *et all* (2020) com professores(as) de escolas públicas da cidade de Sobral, foi possível exemplificar através dos relatos destes educadores que o espaço da escola tem ocupado significativamente o espaço domiciliar, sendo visível a pulverização dos problemas e questões da escola para dentro das casas dos profissionais da educação.

A prática docente foi interiorizada no espaço familiar, ocasionando sobrecarga de afazeres domésticos e profissionais, o que torna este um problema tangível no modelo de educação a distância. Acrescido das tarefas domésticas, o trabalho passa a ocupar a maior parte dos espaços e momentos do cotidiano gerando maior tensão, insegurança e instabilidade emocional. A obrigatoriedade de reuniões e aulas online acarreta nos educadores maior preocupação com a dinâmica familiar que está inserida no contexto em que essas atividades ocorrem (MENESES, ARAUJO, RODRIGUES, 2021).

A necessidade de controle do âmbito doméstico é ainda intensificada quando o ambiente é compartilhado com crianças. Gomes e Carvalho *et all* (2021) apresentam que pesquisas convergem sobre a jornada dupla de trabalho de muitas mulheres que precisam conciliar o cuidado com os filhos e dar conta do home office. Os profissionais acabam acumulando grande número de tarefas com alto grau de responsabilidade e necessidade de decisões rápidas.

Além dos impactos citados, coincide, a mudança na relação com os colegas de trabalho e alunos por efeitos do isolamento social. As medidas de isolamento além de limitarem as interações sociais com outros(as) professores(as) e alunos afetaram também as atividades de lazer dos educadores, restringindo assim o bem estar emocional e ocasionando potenciais riscos à saúde mental. A partir do diário de campo realizado por Martins *et all* (2020), foi possível concluir que:

Visto que à escola é um local de socialização para muitos destes educadores, ou seja, um lugar onde estabeleciam laços afetivos com seus colegas e seus alunos, bem como com seu próprio trabalho, perder este espaço é causa de um forte sentimento saudosista em muitos deles: Fica bem claro que o contato com os

alunos e os colegas que o ambiente escolar propiciava para estas pessoas era algo muito significativo para essas pessoas, e perder isso de forma tão abrupta como foi o que aconteceu por conta do decreto de isolamento social, sem dúvidas, resulta em grandes impactos emocionais (MARTINS *et all*, 2020, p.269).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise das produções científicas supracitadas ficou evidente que mediante as condições presentes no ensino remoto do contexto pandêmico, os professores sofreram uma série de implicações que geram riscos à sua saúde mental. O estresse ocupacional pode gerar uma série de enfermidades e sintomas que provocam mudanças significativas na vida do indivíduo acometido. Assim, é notável a necessidade de maior preparo pedagógico e, principalmente, psicológico dos professores do ensino médio diante da nova conjuntura de trabalho exigida.

Embora ainda seja cedo para apurar com segurança os reais impactos psicológicos gerados por essa dinâmica imposta pelo contexto pandêmico, já é possível perceber que há um grande campo de trabalho para os profissionais da saúde mental. Os desafios acabaram de ser apresentados e, trabalhos como este, servem para fomentar a produção de conhecimento e levantamentos de dados que muito serão úteis para as futuras produções acadêmicas e ações concretas – incluindo na clínica psicológica. Fica evidente a necessidade de novos arranjos pedagógicos que deverão ser estudados e postos em prática para que tais consequências da pandemia sejam contornadas. Neste contexto, a pedagogia e a psicologia, quanto mais caminharem lado a lado, cooperando entre si, mais serão capazes de produzir soluções para as adversidades e melhorar a saúde mental dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Tania Maria; PALMA, Tarciso de Figueiredo; ARAÚJO, Natália do Carmo. Vigilância em Saúde Mental e Trabalho no Brasil: características, dificuldades e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], p. 3235-3246, 26 jun. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.17552017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HwDr4tXNNb8SV4PDYFgsvTM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria Teresa. Considerações sobre a síndrome de burnout e seu impacto no ensino. **Bol. psicol**, São Paulo , v. 62, n. 137, p. 155-168, dez. 2012 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 mai. 2022.
- BOGUCHWAL, Betty et al. Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) - Orientações Técnicas para Notificação. [S. l.] **Centro de Produção e Divulgação Científica (CPDC/CCD/SES-SP)** - Imprensa Oficial S/A – Imesp, 2021. 5-38 p. Disponível em: http://www.cvs.saude.sp.gov.br/busca_public.asp?tipo_publicacao_id=7&titulo=&descritores=. Acesso em: 23 abr. 2022.
- BORGES , Livia de Oliveira; YAMAMOTO, Orwaldo H. MUNDO DO TRABALHO: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. In: ZANELLI, José Carlos et all. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: **Artmed Editora Ltda**, 2014. cap. 1, p. 25-72.
- BRASIL, Síndrome de Burnout. **Ministério da Saúde**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout>>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- BRASIL. RENAST, **Boletim Epidemiológico** – Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho no Brasil, 2006-2017. Disponível em:

https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/ccvisat_bol_transtmentais_final_0.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022

BRASIL. 1º Boletim Quadrimestral sobre Benefícios por Incapacidade, **Ministério do trabalho e previdência**, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/assuntos-previdencia/noticias/previdencia/institucional/saude-e-seguranca-estudo-apresenta-analise-sobre-beneficios-por-incapacidade>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL, Ministério da saúde. Portaria nº 1.679, de 19 de setembro de 2002. **Diário Oficial da União** 2002. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/13614.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CARLOTTO, Mary Sandra. A síndrome de burnout e o trabalho docente. **Psicologia em estudo**, 2002 v. 7, n. 1, pp. 21-29. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000100005>>. Acesso em: 17 mai. 2022.

CARLOTTO, Mary Sandra. PALAZZO, Lílian dos Santos. Síndrome de burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Cadernos de Saúde Pública**. 2006, v. 22, n. 5, pp. 1017-1026. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000500014>>. Acesso em: 17 mai. 2022.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 mai. 2022.

Gomes, Nadirlene Pereira et al. Saúde mental de docentes universitários em tempos de covid-19. **Saúde e Sociedade**. 2021, v. 30, n. 2. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200605>>. Acesso em: 17 mai. 2022.

LÍDIA, Ana Araújo. Pandemia acentua déficit educacional e exige ações do poder público.

Agência Senado, 2021. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-acoes-do-poder-publico>> Acesso em: 14 de mar. 2022.

MARTINS, Ana Carolina Borges Leão et al. A experiência de professores no ensino remoto:

dilemas, saúde mental e contextos de trabalho na pandemia. **Expressa Extensão**, v. 26, n. 2,

p. 154-160, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/20468>>. Acesso em: 21 mai. 2022.

MARTINS, José Clerton de Oliveira; PINHEIRO, Adriana de Alencar Gomes. Sofrimento psíquico nas relações de trabalho. **Psic**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 79-85, jun. 2006.

Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142006000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 mai. 2022.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 1995, v. 15, n. 1-3, pp. 34-38.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98931995000100009>>. Acesso em: 21 mai. 2022.

MENESES, J. M. .; ARAÚJO, A. S. .; RODRIGUES, L. A. de M. . A saúde mental dos professores no cenário de pandemia, em Sobral-CE. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n.

4, p. 1-11, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5993>. Acesso em: 31

maio. 2022.

MORENO, Alejandro. Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. **CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales**. Buenos Aires, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf> Acesso em: 15 mai. 2022.

OLIVEIRA, João Batista Araujo; GOMES, Matheus e BARCELOS, Thais (2020). A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. Ensaio: **aval.pol.públ.Educ.** vol.28 no.108. Rio de Janeiro Jul./Sept. 2020 Epub July 06, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/KphYGvLvmGSXhBTL5F6zfwm/?lang=pt>> Acesso em: 15 mai. 2022.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos et al. Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. 2020, v. 45, e18. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6369000035118>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

PEREIRA, Hortência Pessoa; SANTOS, Fábio Viana; MANENTI, Mariana Aguiar. SAÚDE MENTAL DE DOCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS IMPACTOS DAS ATIVIDADES REMOTAS. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 3, n. 9, p. 26–32, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3986851. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/74>. Acesso em: 31 mai. 2022.

PRADO JÚNIOR, C. Evolução política do Brasil: e outros estudos. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2012

SANTOS, Fabyanne Wilke; BARROS, Livia de Melo. O ADOECIMENTO PSÍQUICO DO DOCENTE: UM DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA. **Grupo Tiradentes**.

[S.l.], p.1-10, 22 jul. 2015. <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/1328>. Acesso em 21 mai. 2022.

SAVIANI, D. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: DILEMAS E PERSPECTIVAS. **Póesis Pedagógica**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 07–19, 2011. DOI: 10.5216/rpp.v9i1.15667. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poesis/article/view/15667>. Acesso em: 21 mai. 2022.

SILVA, Carlos Daniel. Educação Brasileira: as contradições deste processo histórico da colonização à República. V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente – **SIPD – Cátedra UNESCO**, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20026_9700.pdf> Acesso em: 15 mai. 2022.

SILVA, Iolete Ribeiro da. Prefácio: PSICOLOGIA ESCOLAR E EVENTOS EMERGENCIAIS: RESISTÊNCIA E LUTA POR UMA EDUCAÇÃO SOCIALMENTE REFERENCIADA. In: NEGREIROS, Fauston *et al*, (org.). Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?. São Paulo: **Pimenta Cultural**, 2021. p. 22-29. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/noticias/eBook_PsicologiaEscolar.pdf. Acesso em: 21 mai. 2022.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias; PADOVAM, Valquiria Aparecida Rossi. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 201-209, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/ZkX7Q4gd9mLQXnH7xbMgbpM/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 10 mai. 2022.

SOUZA, Mércia Ferreira; FERRÃO, Nazaré da Silva Dias; CHERMONT, Nelceia Margareth da Silva Figueiredo. Os desafios dos professores do Ensino Médio no Ensino Remoto em tempos de pandemia. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 3, n. 1, p.

e316366-e316366, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.6366>> acesso em 31 mai. 2022.

ZANELLI, José Carlos et all. INTRODUÇÃO. In: ZANELLI, José Carlos et all. Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: **Artmed Editora Ltda**, 2014. 22-608 p.